



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA
DO SEGUNDO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No décimo terceiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência da vereadora Enfermeira Nazaré Lima. Não estando disponível o painel eletrônico, fez-se a chamada nominal dos parlamentares presentes, assumindo então a presidência da Mesa o vereador Augusto Santos, que abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Josias Higino reportou-se às deficiências no serviço prestado à população nas unidades municipais de saúde de Belém, apontando que somente no HPSM Humberto Maradei Pereira (HPSM do Guamá) havia atendimento em casos de trauma. Relatou ter conversado com o vice-líder do Governo nesta Casa, vereador Igor Andrade, para tentar resolver o problema, uma vez que não conseguia audiência com o secretário municipal de Saúde, Maurício Cezar Soares Bezerra. Contou ter recebido, na sexta-feira anterior, a ligação telefônica de uma senhora de 86 anos cujo filho, de 58 anos, estava internado havia cinco dias na Unidade de Pronto Atendimento – UPA de Icoaraci e precisava fazer uma ultrassonografia. Entretanto, não podia fazer o exame na UPA de Icoaraci, deveria realizá-lo no HPSM do Guamá, mas não havia ambulância disponível para transportá-lo, o que poderia ocorrer somente na segunda-feira seguinte. Infelizmente, lamentou, o paciente faleceu logo depois. Esclareceu expor este caso visando sensibilizar o secretário Maurício Bezerra quanto à necessidade de realizar o mínimo para salvar vidas, buscando soluções para as dificuldades enfrentadas nas unidades de saúde de nosso município. Roni Gás cedeu apartes aos vereadores Miguel Rodrigues e Zeca do Barreiro. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pablo Farah, sem partido, aludiu ao naufrágio da lancha que fazia o transporte irregular de passageiros entre a Ilha do Marajó e Belém, ocorrido na quinta-feira anterior, às proximidades da Ilha de Cotijuba. Tais tragédias são recorrentes, alertou, chamando a atenção para a precariedade e falta de segurança do serviço prestado, mesmo em relação às empresas legalizadas, e para a falta de fiscalização da atividade. As pessoas que precisam deslocar-se entre a Ilha do Marajó e Belém submetem-se a condições indignas, pagam caro pela passagem e muitas vezes são levadas a recorrer ao transporte clandestino, afirmou. A tragédia atual provocou vinte e duas mortes, mas não se sabia o número de desaparecidos devido à falta de controle da quantidade de passageiros embarcados, assinalou, cobrando melhor atuação da Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Pará – Arcon. Defendeu a reestruturação do setor de transporte fluvial de passageiros, com maior fiscalização, e a suspensão das empresas que atualmente fazem o serviço. Pela liderança do PT, Bia Caminha fez notar não estar sendo respeitado na CMB o direito à licença maternidade para as servidoras da Casa e para as vereadoras. Trata-se de um direito das mulheres em todo o país, ressaltou, e sua regulamentação na CMB deveria ser logo encaminhada, colocada em pauta e aprovada neste parlamento. Pela liderança do PSB, Fábio Souza retomou o tema da insegurança e fragilidade do transporte fluvial de passageiros em nossa região. Salientou que tragédias resultantes de naufrágios aconteciam ao longo dos anos no Pará, ceifando muitas vidas. Questionou a atuação das autoridades responsáveis pela fiscalização, comentando que os proprietários das embarcações geralmente exerciam a atividade havia muito tempo e não se preocupavam em melhorar a qualidade do transporte e dar maior segurança aos usuários. Procedimentos simples, como o registro de passageiros, não eram adotados, indicou. As câmaras municipais das cidades ribeirinhas deveriam ficar atentas e fazer por conta própria a fiscalização, sugeriu. Além dos naufrágios, aditou, continuavam a ocorrer escarpelamentos de mulheres pelo eixo dos motores das embarcações, apesar de todas as campanhas realizadas para erradicar o problema no Pará. Finalizando seu pronunciamento, Fábio Souza solicitou a realização de um minuto de silêncio em homenagem póstuma às vítimas do naufrágio. Em aparte, manifestou-se o vereador Zeca do Barreiro. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro solidarizou-se às famílias das vítimas do naufrágio da lancha Lourdes II, que se configurava como o segundo pior

acidente fluvial em nossa região nesta década. Em 17 de maio deste ano, a Câmara Municipal de Salvaterra, município do Marajó, realizou uma sessão especial em que cobrou do governador Hélder Barbalho a fiscalização do transporte de passageiros por barcos no Pará, informou. Havia três anos, continuou, fora assinado um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC pelas empresas Banav, Henvil e Arapari Navegação com a Justiça para o estabelecimento de novas regras de segurança e de novas linhas entre a Ilha do Marajó e Belém, mas até o momento nada fora feito. Os dois órgãos responsáveis pela fiscalização são a Marinha do Brasil e a Arcon, apontou, mas não cumpriram com sua obrigação, pois a lancha naufragada deveria ter sido retirada de circulação anteriormente. Não apenas o comandante, mas também o proprietário da embarcação deve ser responsabilizado, pois tentou burlar a fiscalização mudando o nome da lancha, sustentou. Todas as pessoas que vão ao Marajó sabem de onde partem os barcos irregulares, indicou, indagando se a Arcon e a Marinha não teriam essa informação. Comunicou ter protocolado requerimento solicitando que esta Casa manifestasse voto de solidariedade às famílias das vítimas da tragédia, exigisse da Arcon a retirada de circulação das embarcações irregulares que faziam o transporte de passageiros em nossa região e a ação da Polícia Civil para prender os responsáveis. Pela liderança do bloco DEM – Patriota – Cidadania, Matheus Cavalcante considerou o naufrágio da lancha Lourdes II um crime, pois várias vezes a embarcação fora autuada, mas continuava a navegar levando quase o dobro do número permitido de passageiros e tal padrão era recorrente em todo o estado do Pará. Os proprietários e o comandante do barco agiram de forma dolosa, declarou, salientando não haver coletes salva-vidas nem listagem dos passageiros, que o motor estava sem revisão e o casco apresentava sinais de desgaste. Pediu punição exemplar aos responsáveis pelo desastre. Ressaltou depois que o Cirio de Nazaré é uma festividade católica, apesar de congregar adeptos de outras religiões e vários segmentos de nossa sociedade, discordando de afirmação em contrário feita recentemente pelo prefeito Edmilson Rodrigues. Encerrado o Horário de Liderança, foi feita a chamada nominal dos vereadores presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foram então colocadas em votação e aprovadas por unanimidade as atas das sessões ordinárias 49ª, 50ª, 51ª, 52ª, 53ª, 54ª, 56ª e 57ª, sendo todas do 2º Período da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Fez-se posteriormente um minuto de silêncio em homenagem póstuma às vítimas do naufrágio da lancha Lourdes II, atendendo à solicitação do vereador Fábio Souza. Em seguida, o presidente Augusto Santos suspendeu a sessão por cinco minutos. Reiniciada a sessão, foi feita a leitura da matéria constante em pauta na Primeira Parte da Ordem do Dia e o vereador Fernando Carneiro pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura e do interstício ao projeto correspondente. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Passou-se depois à leitura do requerimento da vereadora Enfermeira Nazaré Lima solicitando a realização de uma sessão especial para tratar da política de regulamentação da comercialização de açaí no município de Belém. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificou seu voto a vereadora Enfermeira Nazaré Lima. Posteriormente, o presidente da sessão fez a leitura do ofício do presidente da CMB, vereador Zeca Pirão, convocando os demais parlamentares a reunir-se em sessões extraordinárias, em regime de tantas sessões quantas fossem necessárias, a partir do dia 14/09/2022, a partir das doze horas, no Salão Plenário Lameira Bittencourt, para discutir e votar o projeto de lei, de autoria do Executivo Municipal, autorizando este a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil, com garantia da União. A seguir, foi feita a leitura do requerimento de autoria do vereador Miguel Rodrigues solicitando a realização de uma sessão especial a fim de tratar do transporte fluvial no município de Belém. Fez o encaminhamento o vereador Miguel Rodrigues. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Passou-se em seguida à leitura do requerimento da vereadora Livia Duarte solicitando a realização de uma sessão especial para discutir sobre feiras e mercados de Belém, em data e horário a combinar. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Procedeu-se depois à leitura do requerimento do vereador Fernando Carneiro solicitando que esta Casa manifestasse Moção de Solidariedade aos familiares e às vítimas do naufrágio da lancha Dona Lourdes II, pedindo também à Arcon e à Polícia Civil apuração e fiscalização rigorosas do naufrágio, bem como o atendimento às reivindicações da população da região do Marajó para evitar a repetição de eventos como esse. Após ter sido iniciada a votação, alguns vereadores solicitaram refazer seus votos por não terem compreendido anteriormente o teor do requerimento. Em seguida, o presidente suspendeu a sessão por cinco minutos. Retomada a sessão, fez-se novamente a leitura do requerimento. Posto em votação, este foi aprovado por unanimidade, com dezenove votos favoráveis. Posteriormente, o vereador Miguel Rodrigues pediu Questão de Ordem solicitando a retirada do requerimento de sua autoria aprovado anteriormente, pedido acatado pela Mesa. A seguir, o presidente Augusto Santos encerrou a sessão, às dez horas e cinquenta minutos. Justificaram suas ausências os vereadores Bieco, John Wayne, Zeca Pirão, Gleisson Silva e Allan Pombo. Estiveram presentes os vereadores: Fabrício Gama, Matheus Cavalcante, Pastora Salete e Josias Higino, pelo

bloco DEM – Patriota – Cidadania; Emerson Sampaio, Miguel Rodrigues, Roni Gás e Túlio Neves, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Blenda Quaresma, pelo MDB; Augusto Santos, Goleiro Vinicius e Juá Belém, pelo Republicanos; Fernando Carneiro, Lívia Duarte e Enfermeira Nazaré Lima, pelo PSOL; Fábio Souza, pelo PSB; Moa Moraes, pelo PSDB; Amaury da APPD e Bia Caminha, pelo PT; Altair Brandão, pelo PC do B; José Dinelly, pelo PSC; Dona Neves, pelo PSD; João Coelho, pelo PTB; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Zeca do Barreiro, pelo Avante; Pablo Farah, sem partido. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 13 de setembro de 2022.



1ª Secretária



Presidente



2º Secretário